

## 5. Considerações Finais

O presente estudo, voltado para a construção da rede socioassistencial de Belford Roxo, teve como unidade de análise os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Eles se constituem portas de entrada da população à rede de Proteção Social Básica. A construção da rede socioassistencial, no período pesquisado, ainda é incipiente e enfrenta muitos desafios para sua efetivação, de acordo com o preconizado pela PNAS/SUAS. A maior dificuldade é a inexistência de serviços socioassistenciais disponíveis no território usado pela população em várias regiões onde os CRAS estão instalados. Obviamente, não pode haver articulação dos serviços em rede quando estes não existem. Na realidade, os que existem ainda são precários e não contemplam a demanda apresentada pela população.

Por outro lado, os serviços socioassistenciais encontrados nas instituições que compõem a ainda frágil e em construção rede socioassistencial do município de Belford Roxo mantêm um atendimento ainda focalizado em segmentos dos grupos sociais, principalmente, atendimentos voltados à infância e juventude com ações ligadas, especialmente, à área da Educação, como por exemplo, o reforço escolar. Não se observa ainda uma articulação entre as diferentes ações existentes que possam assegurar o atendimento da família como um todo.

Estas instituições, que focalizam o atendimento a grupos extremamente pobres, utilizam ainda como fator determinante de acesso aos serviços a renda *per capita* familiar. Segundo a perspectiva de análise empregada, as políticas sociais devem compreender as famílias para além de uma unidade econômica. Reduzir a família a cálculos financeiros reproduz políticas conservadoras de ajustes econômicos que não visam uma superação da condição de pobreza, mas apenas amenizá-las.

Além disso, a intersetorialidade apresenta-se muito limitada porque os serviços públicos nas áreas de saúde, educação, saneamento básico e habitação são bastante precários. Não há, portanto, qualidade nos serviços prestados para o atendimento das necessidades básicas.

Como as famílias atendidas nos CRAS se encontram em situação de extrema pobreza, elas necessitam de ações efetivas para que possam superar essa

condição de vulnerabilidade social. Os atendimentos ainda são destinados à mulher/mãe e não abarcam a compreensão familiar. O foco na família não se concretiza em ações, se resume ao cadastramento de todos os membros familiares. O atendimento continua segmentado, desarticulado, fragmentado.

O número de famílias acompanhadas é muito reduzido. Faltam profissionais para atender a uma demanda crescente da população. Os atendimentos não abarcam as necessidades de superação da condição de pobreza. A visualização da família de forma mais ampla inserida em um mundo capitalista complexo e com diversas formas de relações sociais é importante para compreendê-la e para que possam ser construídas novas maneiras de trabalhar com esta população.

O uso do território pela população não condiz com as delimitações político-administrativas, que separam o atendimento socioassistencial pelas fronteiras municipais. Como observado, os usuários utilizam espaços diferentes ao determinado por estes limites, principalmente, porque no local em que moram não existem os serviços que necessitam para a sua sobrevivência ou estes são insuficientes e de má qualidade. Na experiência analisada, a referência territorial ainda não foi incorporada como elemento constitutivo do novo modelo da política de assistência social vigente. Entretanto, a idéia de territorialização na assistência social é inovadora no sentido de considerar a dimensão cultural das populações, suas particularidades locais, suas aspirações, os lugares onde vivem, ao lado de suas necessidades. Desta forma, entendo que a consolidação dos CRAS depende do processo de descentralização e territorialização da assistência social. Trata-se de desenvolver outra lógica que traduza novas formas de gestão construídas a partir da inter-relação entre assistência e território.

É imprescindível que o Estado se faça presente pela disponibilização universal de serviços. Conhecer a realidade do território utilizado pelos moradores é fundamental. Compreendendo as potencialidades e as necessidades existentes os profissionais podem realizar trabalhos sociais que possam impulsionar a tomada de decisão consciente da população. E assim, realizar o que propõe a autora Laura Tavares (2003) uma “universalização territorial” em que serão construídas políticas sociais eficazes e que contemplem as reais necessidades dos usuários de maneira universal, próximo aos domicílios da população de forma integrada.

No atual contexto político, com a emergência de um Estado Mínimo para a questão social, onde os programas sociais são fragmentados, focalizados e seletivos, direcionados à sobrevivência dos extremamente pobres, esta perspectiva territorial parece ainda um objetivo distante. Assim, entram em contradição com a atual proposta de atendimento integral à família.

A retomada da família como foco privilegiado das políticas sociais é um avanço trazido pela PNAS/SUAS. Todavia, é imprescindível que a família não seja sobrecarregada em suas funções. Como analisado, em decorrência das transformações no mundo do trabalho diminuiu a capacidade de proteção da família para com os seus membros. Vale ressaltar que é necessária a presença de um Estado que possa apoiar a família como uma unidade. Conseqüentemente, o maior desafio é conceber a matricialidade sociofamiliar como atenção integral das ações do Estado no sentido das exigências de uma proteção social básica.

Em Belford Roxo, a pesquisa demonstrou que as iniciativas em desenvolvimento estão aquém de um atendimento integral à família, visto que ainda permanecem práticas assistenciais isoladas sem impacto significativo nas condições de vida dessa população atendida.